

SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

1
/
9

RELATÓRIO

Atividades e Contas

2021

2
f

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
MENSAGEM DO PROVIDOR	4
ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS	5
Assembleia Geral	5
Mesa Administrativa	5
Definitório	5
RECURSOS HUMANOS	5
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	6
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	6
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	7
Internato N ^º . Sr ^ª . da Conceição	7
ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO	8
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	8
Capelas Mortuárias	8
ÁREA OPERACIONAL SAÚDE	9
Unidade de diagnóstico e tratamento	9
NOTAS FINAIS	9
MAPAS DE CONTAS DE 2021	11

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais foram eleitos, em 2020, pelos Irmãos da Misericórdia para o Quadriénio 2021/2024.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**

Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio – **Vice-Presidente**

Armando Fernandes Mesquita - **Secretário**

Dra. Maria Filomena Leite Seabra Monteiro Galante - **Secretária**

Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**

Claudino Pereira da Silva – **Substituto**

Dr. Carlos Manuel de Sousa de Lima Fernandes – **Substituto**

Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo – **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**

Arq.º José António Vidal Afonso Barbosa - **Vice-Provedor**

Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Tesoureiro**

Dra. Maria do Espírito Santo Carrilho Simas Santos - **Mesária**

Enf.º Alberto Pereira Morgado - **Mesário**

Dra. Clárisse do Céu Sousa – **Mesária**

Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto – **Mesário**

Dra. Susana de Carvalho Barros – **Mesária**

Rodolfo Maia Mesquita – **Mesário**

Dr. Álvaro Agostinho Fernandes Lopes – **Mesário**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**

Prof. António Azevedo Cunha e Silva – **Vice-presidente**

Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Secretária**

Dra. Helena Cristina Sousa Pinto – **Substituta**

Dr. César Manuel Oliveira Ferreira – **Substituto**

Dr. António Manuel Cardoso Ferreira – **Substituto**

MENSAGEM DO PROVEDOR

Caras Irmãs e caros Irmãos:

De acordo com o previsto no nosso Compromisso, alínea g), do n.º 1, do artigo 39.º, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório e as Contas do exercício de 2021, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Definitório.

O presente relatório de atividades da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos pretende ser um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano. A sua estrutura assenta na descrição da operacionalidade de 2021 nas diversas valências e nas prioridades de gestão da Mesa Administrativa, tendo por base a missão, visão, valores, qualidade, ética e conceito de marca da Instituição.

Divulga também resumidamente a orientação definida no desenvolvimento integral da Instituição, na aproximação à comunidade e aos seus problemas, na procura do equilíbrio financeiro e na projeção e implementação de obras estruturantes para a sua competitividade e sustentabilidade presente e futura.

Mesmo com todas as limitações, a Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos continua a ser um relevante parceiro na região, por via do trabalho, empenho e dedicação de todos quanto nela trabalham, bem como pela confiança depositada pelos seus utentes. Por isso, a todos uma palavra de apreço e agradecimento.

4
/

5
/
6

ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu em Assembleia Geral Ordinária no mês de junho para análise, discussão e votação do “Relatório e Conta de Gerência respeitante ao exercício do ano 2020” e do respetivo “Parecer do Definitório”, bem como do “Orçamento e Plano de Atividades” respeitante ao exercício do 2021, e do respetivo “Parecer do Definitório” ao passo que no mês de novembro reuniu novamente para análise, discussão e votação do “Orçamento e Plano de Atividades” respeitante ao exercício do 2022, e do respetivo “Parecer do Definitório”

Mesa Administrativa

No ano de 2021, a Mesa Administrativa reuniu em 14 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2021 desligaram-se do serviço 4 trabalhadores: dois reformados, um por caducidade do contrato de trabalho e um por falecimento.

Foram admitidos 3 trabalhadores.

Tínhamos em 31/12/2021, 129 funcionários.

Mantêm-se as políticas de desenvolvimento de valências para a ocupação integral de todos os trabalhadores.

Ao longo dos últimos anos, o número de trabalhadores tem diminuído, com tendência para se manter na casa dos 130, como se alcança do seguinte quadro:

Ano	N.º colaboradores
2016	140
2017	136
2018	130
2019	128
2020	130
2021	129

Não obstante esta diminuição do número de trabalhadores, os serviços prestados pela Misericórdia têm aumentado, quer em número dos meninos que frequentam os nossos infantários, quer com o apoio domiciliário aos Irmãos.

RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Procedeu-se à requalificação do 2º andar do prédio da Rua D. João IV, n.º 20, no Porto, atualizando as duas habitações deste 2º andar, para além da renovação de grande parte das instalações elétricas, de água e saneamento.

Concluiu-se e inaugurou-se a requalificação do edifício situado nas traseiras do Museu que integra os sanitários de apoio à Igreja, o Centro de Apoio aos Peregrinos e uma sala de reservas do Museu.

Procedeu-se, ainda, a um sem número de pequenas recuperações nos vários estabelecimentos e edifícios, muito especialmente no Centro de Diagnóstico, no Centro Infantil de Matosinhos, no Paraíso e na Biquinha.

ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021, a frequência de crianças na creche, pré-escolar e catl era o seguinte:

Estabelecimento de ensino	Creche	Pré-escolar	CATL
Jardim de Infância, creche "O Paraíso"	40	95	50
Centro Infantil de Matosinhos	40	83	40
Jardim de Infância, creche "Biquinha"	42	46	-
Total	122	224	90

Houve uma diminuição da procura ao nível do pré-escolar, não se tendo esgotado a nossa capacidade; as inscrições para a creche excederam em muito o número que a Segurança Social nos permite acolher; o CATL (centro de atividade nos tempos livres) manteve, sensivelmente, o mesmo nível de procura.

ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Internato N.º. Sr.ª. da Conceição

Foi mais um ano em que houve longos períodos de confinamento e as meninas tiveram, nessa altura, aulas “online”, o que se tornou possível graças aos computadores que nos foram oferecidos em 2020, bem como aos computadores que comprámos também nesse ano.

A política legislativa europeia e nacional vai cada vez mais, no sentido de integrar crianças e adolescentes no ambiente familiar em vez de as colocar num estabelecimento como o nosso. Daí que o Internato tenha cada vez menos utentes, sendo já mais as funcionárias que as meninas.

Vários Internatos idênticos têm encerrado, tendo conhecimento de pelo menos dois no Porto e um nos Arcos de Valdevez.

Segundo a Segurança Social, as Instituições têm muito mais capacidade de resposta do que aquela que é necessária à sociedade.

Os tempos mudam, mas a verdade é que este Internato tem servido o Concelho e o País desde a sua fundação em 1896, ou seja, há 126 anos!

Há que repensar na sua reformulação, designadamente reduzindo a capacidade e aproveitando as instalações que fiquem livres para outra ou outras valências de que a nossa sociedade necessite.

O quadro do pessoal obrigatório para a capacidade atual de 40 meninas é de 16 funcionárias das mais diversas categorias.

Centro de Dia

Não obstante a pandemia, que nos obrigou a encerrar largos períodos em 2021, a procura desta valência pelos utentes tem aumentado e estamos quase a atingir a capacidade máxima de 40 utentes.

Tudo isto aumenta a necessidade de termos maior capacidade de resposta no transporte dos utentes, o que vai motivar que em 2022 se adquira mais uma carrinha de transporte de 9 lugares.

7
/
9

Apoio Domiciliário aos Irmãos

Continua a aumentar a procura deste tipo de apoio, que se restringe apenas aos Irmãos e aos seus familiares.

O processo de legalização junto da Segurança Social desta valência para todos os Matosinhenses ainda se encontra pendente, esperando conseguir a sua aprovação dentro do ano de 2022.

ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

Culto

Não obstante a pandemia, a verdade é que houve já uma grande abertura, sempre dentro dos necessários cuidados, e a Mesa Administrativa colaborou e participou em várias atividades religiosas.

Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres

Em 2021 iniciou-se o lançamento de uma campanha de promoção do Museu, através do lançamento de um “site”, de desdobráveis promocionais, faltando a colocação de cartazes na via pública, colocação esta que aguarda autorização Camarária.

O número de visitas ao Museu tem aumentado.

O movimento da “Casa dos Milagres” tem também aumentado, consolidando-se esta cada vez mais como uma referência da Misericórdia.

Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Continuou e continuará durante os próximos anos a ser efetuada a organização do Arquivo e a digitalização dos documentos.

É um trabalho hercúleo, mas imprescindível, para garantirmos a memória da nossa Misericórdia e da nossa sociedade.

Durante parte do ano, tivemos o apoio de duas estagiárias.

Só conhecendo o nosso passado é que podemos encarar o presente e programar o futuro.

Capelas Mortuárias

Como é sabido, estas Capelas são geridas por uma empresa privada, que procedeu a obras profundas de restauro e manutenção, continuando a ser prestado o mesmo serviço aos Matosinhenses.

8
6

ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

Unidade de diagnóstico e tratamento

A pandemia teve aqui grande impacto, como já tinha tido em 2020, pelo que 2021 não foi ainda o ano do fim dos prejuízos deste estabelecimento.

Continuamos a proceder às reparações e requalificações necessárias para conseguirmos ter o edifício todo ocupado e obter, assim, uma maior rentabilidade.

De qualquer maneira, uma recuperação profunda só vai ser possível depois de 2026, data em que caducam dois maus contratos celebrados em 2016 pela Mesa Administrativa anterior.

NOTAS FINAIS

Na execução orçamental consegue-se um resultado positivo de € 178.673,30, o qual vem na sequência dos resultados positivos da gestão desta Mesa Administrativa desde 2017.

De notar que o orçamento para 2021 previa um resultado positivo de € 46.793,18, que foi largamente ultrapassado.

De notar que a pandemia em 2021 manteve problemas que vinham de 2020 e que dificultaram a modernização e atualização das valências e do nosso Património.

Ao longo de 2021 continua a efetuar-se o pagamento em prestações às trabalhadoras dos € 132.446,44 de retroativos que não tinham sido considerados pela Mesa Administrativa anterior aquando da aplicação da tabela salarial de 2016. O pagamento destes retroativos acabará em junho de 2023.

Manifestamos, aqui, o nosso agradecimento a todos os trabalhadores que aceitaram que este pagamento fosse efetuado em prestações para não criar desequilíbrios financeiros à Misericórdia.

Foi um ano difícil em que se conseguiu manter, a muito custo, o equilíbrio da Instituição.

Em meu nome pessoal e em nome da Mesa Administrativa, muito agradeço o apoio dado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo Definitório e muito especialmente pelo seu Presidente, e por todos os trabalhadores, sem os quais não teria sido possível obter estes resultados e manter bem viva a Instituição.

Este documento foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Mesa Administrativa de 27 de abril de 2022, que propõe à Assembleia Geral:

1. Seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2021;

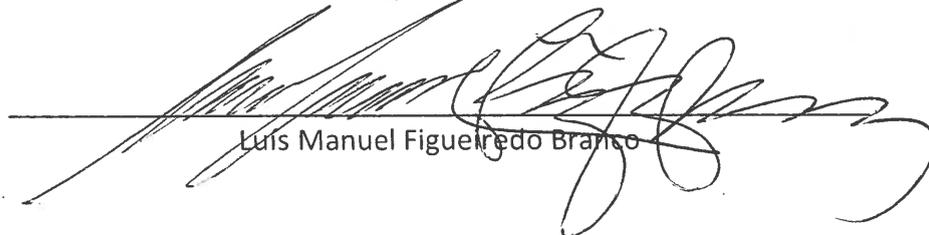
10

2. Seja transferido para a conta "Resultados Transitados" o resultado líquido do período de € 178.673,30.

Matosinhos, 27 de abril de 2022

P' la Mesa Administrativa

O provedor



Luis Manuel Figueiredo Branco

MAPAS DE CONTAS DE 2021

ÍNDICE

- 1 – Balanço em 31 de dezembro de 2021

- 2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31-12-2021

- 3 – Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios

- 4 – Fluxos de Caixa

- 5– Anexo às Demonstrações Financeiras

- 6 – Resultados por Valências e outras atividades

- 7 – Parecer do Revisor Oficial de Contas

- 8 - Parecer do Definitório

12
16

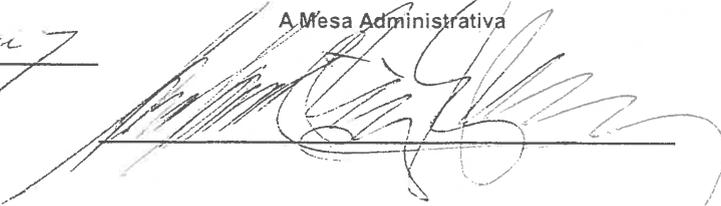
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2021

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Activo			
Activo não corrente			
Propriedades de investimento	6	2.043.575,23	2.059.079,35
Activos fixos tangíveis	6	4.190.475,07	4.171.162,17
Investimentos financeiros		7.040,39	5.638,19
Outros créditos e activos não correntes		0,00	0,00
		6.241.090,69	6.235.879,71
Activo corrente			
Inventários	8	20.011,66	23.850,41
Créditos a receber	13.2	25.385,46	17.873,00
Estado e outros entes públicos	14.1	1.181,85	0,00
Outros ativos correntes	13.2	163.521,54	220.724,50
Diferimentos	13.2	10.461,31	9.904,83
Caixa e depósitos bancários	4	749.584,55	545.410,68
		970.146,37	817.763,42
Total do Activo		7.211.237,06	7.053.643,13
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57.379,22	57.379,22
Reservas		275.475,52	275.475,52
Resultados Transitados		2.587.504,10	2.377.960,17
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.1	3.371.678,31	3.388.128,39
		6.292.037,15	6.098.943,30
Resultado líquido do período		178.673,30	209.543,93
Total dos fundos patrimoniais		6.470.710,45	6.308.487,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	170.165,36	40.000,00
Financiamentos obtidos	14,6	32.213,85	109.527,21
		202.379,21	149.527,21
Passivo corrente			
Fornecedores, c/c	13.2	17.315,30	20.933,09
Fornecedores imobilizado	14.6	19.876,80	0,00
Estado e outros entes públicos	14.1	45.290,55	100.856,86
Diferimentos		0,00	12,00
Financiamentos obtidos	14.6	77.313,36	77.313,36
Outros passivos correntes	13.2	378.351,39	396.513,38
		538.147,40	595.628,69
Total do Passivo		740.526,61	745.155,90
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		7.211.237,06	7.053.643,13

O contabilista certificado



A Mesa Administrativa



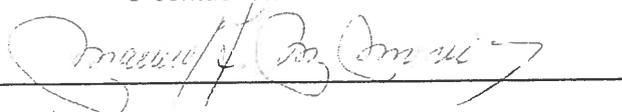


13
9

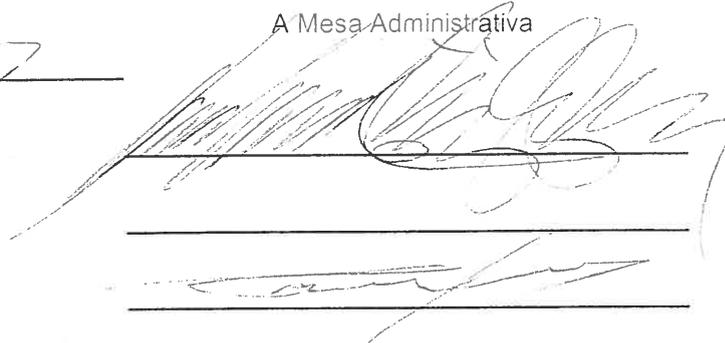
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro em 2021

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	14.2	507.400,24	528.437,15
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	1.874.050,17	1.735.021,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-121.775,07	-103.953,02
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-424.167,45	-379.590,06
Gastos com o pessoal	13.3	-2.102.589,92	-1.954.417,87
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	13.2	-5.390,01	-2.871,05
Provisões (aumentos)	10.1	-135.082,68	0,00
Outros rendimentos e ganhos	14.5	775.518,76	726.167,28
Outros gastos e perdas	14.4	-10.273,02	-194.381,18
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		357.691,02	354.412,36
Gastos de depreciação e de amortização	6.2	-179.017,72	-144.868,43
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		178.673,30	209.543,93
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		178.673,30	209.543,93
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		178.673,30	209.543,93

O contabilista certificado



A Mesa Administrativa



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MATOSINHOS
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2021

Unidade Monetária: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Outras variações patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	57.379,22	275.475,52	3.454.813,53	2.169.578,88	208.381,29	6.165.628,44
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	5.383,00	0,00	0,00	5.383,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	-72.068,14	208.381,29	-208.381,29	-72.068,14
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	209.543,93	209.543,93
Resultado integral	0,00	0,00	0,00	0,00	142.858,79	142.858,79
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	57.379,22	275.475,52	3.388.128,39	2.377.960,17	209.543,93	6.308.487,23
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	57.379,22	275.475,52	3.388.128,39	2.377.960,17	209.543,93	6.308.487,23
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	1.584,00	0,00	0,00	1.584,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	63.441,43	0,00	0,00	63.441,43
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	-81.475,51	209.543,93	-209.543,93	-81.475,51
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	178.673,30	178.673,30
Resultado integral					162.223,22	162.223,22
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	57.379,22	275.475,52	3.371.678,31	2.587.504,10	178.673,30	6.470.710,45

14
5

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

15


RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		496.379,70	591.117,24
Pagamentos de apoios		0,00	-360,00
Pagamentos a fornecedores		-546.481,21	-495.259,87
Pagamentos ao pessoal		-2.135.544,63	-1.902.128,50
Caixa gerada pelas operações		-2.185.646,14	-1.807.631,13
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	1.095,66
Outros recebimentos / pagamentos		2.565.886,84	2.159.660,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		380.240,70	353.125,41
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-162.949,70	-118.244,76
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1.133,64	-8,59
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		40.000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		304,44	76,25
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-123.778,90	-118.177,10
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		25.025,43	5.383,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-77.313,36	-77.313,36
Juros e gastos similares		0,00	-0,58
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-52.287,93	-71.930,94
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		204.173,87	163.017,37
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	545.410,68	382.393,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	749.584,55	545.410,68
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		204.173,87	163.017,37

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de Dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro 2020, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível, incluindo os acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos intangíveis



Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

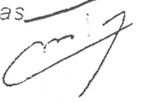
As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)



Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

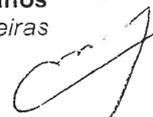
g) Instrumentos financeiros

i. Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.





As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal).

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação

são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

l) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



m) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 incluem, nomeadamente, a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o registo de provisões e das perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar ou de reduzir consideravelmente as suas operações no curto prazo, mantendo a capacidade para cumprir os seus fins, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2021 e 31.12.2020, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa		
Caixa sede	719,13 €	545,44€
Total	719,13 €	545,44€
Depósitos bancários		
Depósito à ordem	298.865,42€	244.865,24€
Depósito a prazo	450.000,00€	300.000,00€
Total	748.865,42€	544.865,24€
TOTAL	749.584,55€	545.410,68€

5. Ativos intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis - outros	Ano 2021		Ano 2020	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
TOTAL	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

Amortizações do exercício - outros	Ano 2021	Ano 2020
Programas de computador	0,00€	0,00€
TOTAL	0,00€	0,00€



- e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2021 e em 2020 são os que se seguem:
f)
g)

2021	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-

2020	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2020	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2020	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-

6. Ativos tangíveis e Propriedades de investimento

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis e Propriedades de Investimento:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 2019 foram registados os imóveis adquiridos ou doados à SCM Matosinhos desde a sua fundação e que não se não encontravam refletidos na contabilidade.

Nos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, esta situação, foi nos últimos anos assinalada, tendo sido dado como resposta na ocasião pela Mesa Administrativa, de que estava a ser feito o levantamento e estudo sobre todos os edifícios doados e herdados.

Efetuada a conferência da quase totalidade dos edifícios e os seus registos matriciais, procedeu-se à sua valorização, tendo sido acordado pelos diversos Órgãos Sociais desta Instituição, nomeadamente a Mesa Administrativa e o Definitório, que, para os edifícios que tinham escritura onde era mencionado o seu valor, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e que para os prédios doados sem valorização, fosse considerado o valor constante no registo matricial.

Efetuada a contabilização da incorporação dos edifícios doados, foram os valores registados, no exercício de 2019, pelo valor total de 3.504.541,88€ na conta 59411 – Doações de Edifícios, sendo 2.024.194,53€ na conta 42 - Propriedades de Investimento e os restantes 1.480.347,35 na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis – Edifícios e Outras Construções.

Esta Instituição, ainda continua na busca de todos os registos referentes a doações, testamentos e demais documentação existente, tendo registado já algumas regularizações necessárias ao total esclarecimento e registo final de todas as irregularidades ainda omissas da contabilidade.

Estão em curso regularizações desejadas provenientes das várias negociações com os proprietários ou coproprietários atuais.

É um trabalho bastante complicado e demorado que julgamos ver resolvido nos próximos meses, podendo, finalmente proceder, a todas as regularizações contabilísticas urgentemente necessárias.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

No caso dos imóveis doados à SCM Matosinhos e, de acordo com a Portaria 218 de 23 de julho de 2015, as Entidades do setor não lucrativo podem registar a crédito o valor do imóvel na conta 59411 – Doações de Edifícios e anualmente registam na conta 7883-Imputação de Subsídios e doações de ativos tangíveis a contrapartida das amortizações efetuadas em gastos de forma a que o impacto no resultado líquido dos referidos imóveis seja nulo.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2021	2.192.909,41€	5.395.345,94€	568.198,99€	121.252,69€	209.054,55€	146.780,02€	242.912,39€	8.876.453,99€
Adições	53.317,43€	€	23.335,22€	0,00€	794,98€	0,00€	111.663,37€	189.161,00€
Transferências e abates	33.135,20€	50.191,37€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	(39.326,57€)	0,00€
Outras Variações	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	(6.334,50)€	(6.334,50)€
Saldo em 31/12/2021	2.285.362,04€	5.445.537,31€	591.584,21€	121.252,69€	209.849,53€	146.780,02€	258.914,69€	9.059.280,49€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2021	133.830,06€	1.614.270,52€	475.572,81€	102.192,92€	187.803,77€	132.542,39€	0,00€	2.646.212,47€
Adições	107.956,75€	47.839,64€	9.875,95€	11.637,15€	1.143,62€	509,61€	0,00€	179.017,72€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Saldo em 31/12/2021	241.786,81€	1.662.110,16€	485.448,76€	113.880,07€	188.952,39€	133.052,00€	0,00€	0,00€
	2.043.575,23€	3.783.427,15 €	106.135,45€	7.372,62€	20.897,14€	13.728,02€	258.914,69€	6.234.050,30€

2020	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2020	2.068.066,62€	5.395.345,94€	540.995,29€	106.507,45€	204.942,61€	144.573,18€	308.958,63€	8.769.389,72€
Adições	70.589,79€	0,00€	27.203,70€	0,00€	4.111,94€	2.206,34€	2.352,00€	107.064,27€
Transferências e abates	54.263,00€	0,00€	0,00€	14.745,24€	0,00€	0,00€	(63.992,24€)	0,00€
Saldo em 31/12/2020	2.192.909,41€	5.395.345,94€	568.198,99€	121.252,69€	209.054,55€	146.780,02€	242.912,39€	8.876.453,99€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2020	46.111,08€	1.575.592,29€	468.319,98€	92.381,61€	186.488,63€	132.450,45€	0,00€	2.501.344,04€
Adições	37.713,93€	33.673,23€	7.252,83€	9.811,31€	1.315,14€	91,94€	0,00€	144.868,43€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Saldo em 31/12/2020	133.830,06€	1.614.270,52€	475.572,81€	102.192,92€	187.803,77€	132.542,39€	0,00€	2.646.212,47€
VALOR LÍQUIDO	2.059.079,35€	3.781.075,42€	92.626,18€	19.059,77€	21.250,78€	14.237,63€	242.912,39€	6.230.241,52€

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:



Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	106.436,75€
Edifícios e outras construções	49.078,19€
Equipamento básico	10.572,03€
Equipamento de transporte	11.687,15€
Equipamento administrativo	1.243,60€
TOTAL	179.017,72€

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Propriedades de investimento	241.786,81€	133.830,06€
Edifícios e outras construções	1.662.110,16€	1.614.270,52€
Equipamento básico	485.448,76€	475.572,81€
Equipamento de transporte	113.880,07€	102.192,92€
Equipamento administrativo	188.952,39€	187.803,77€
Outros ativos tangíveis	133.052,46€	132.542,39€
TOTAL	2.825.230,19€	2.646.212,47€

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

8. Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias	20.011,66€	23.850,41€
TOTAL	20.011,66€	23.850,41€

Inventários	31/12/2021	31/12/2020
Cera e artigos religiosos	2.802,90€	3.282,36€
Livros e publicações	17.208,76€	20.568,05€
TOTAL	20.011,66€	23.850,41€

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2021	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	23.850,41€	0,00€	23.850,41€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	3.597,45€	114.338,87€	117.936,32€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	20.011,66€	0,00€	20.011,66€
GASTO DO PERÍODO	7.436,20€	114.338,87€	121.775,07€

2020	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	23.771,07€	0,00€	23.771,07€
Perdas por imparidade em existência	-	-	-
Compras	4.917,12€	99.115,24€	104.032,36€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	23.850,41€	0,00€	23.850,41€
GASTO DO PERÍODO	4.837,78€	99.115,24€	103.953,02€

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.



c) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

d) **Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31/12/2021	31/12/2020
Prestações de serviços	507.400,24€	528.437,15€
Rendas de imóveis	622.259,22€	619.768,99€
Juros	304,44€	76,25€
TOTAL	1.129.963,90€	1.148.282,39€

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No que respeita à "segurança no trabalho" em anos anteriores ocorreram alguns casos litigiosos relacionados com planos de segurança para alguns dos nossos estabelecimentos, que nos levaram à criação de provisão para os respetivos processos judiciais em curso com a ANPC.

Neste exercício foram reforçadas as provisões referentes aos processos em tribunal relativos a duas funcionárias que reivindicam o pagamento de salários condizentes com as funções que desempenhavam desde 1995 e cujo desfecho se prevê altamente desfavorável para a SCM Matosinhos. As restantes provisões foram criadas em exercícios anteriores e referem-se a uma disputa com um inquilino e a uma contra ordenação promovida pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e cujo processo se deverá extinguir em 2022, uma vez que a SCM Matosinhos está a cumprir com o que foi estipulado por esta entidade.

Descrição	Saldo 2020	Constituição	Utilização	Saldo 2021
Processos em curso:				
Segurança no trabalho – ANPC	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
Pessoal	20.000,00€	135.082,68€	4.917,32€	150.165,36€
Inquilino	10.000,00€	0,00€	0€	10.000,00€
TOTAL	40.000,00€	135.082,68€	4.917,32€	170.165,36€

A utilização da provisão registada no período está relacionada com o facto de a Instituição ter utilizado e pago neste exercício, a quantia de 4.917,32 euros, referente da verba reconhecida por esta Instituição.

Neste exercício esta Entidade decidiu reforçar a provisão para os processos a decorrer em tribunal com o pessoal, acautelando assim, possíveis hipóteses de os casos não virem a ser favoráveis a esta Instituição.

Descrição	Saldo 2019	Constituição	Reversões	Saldo 2020
Processos em curso:				
Segurança no trabalho - ANPC	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€
Outras provisões	24.616,45€	0,00€	-24.616,45€	0,00€
Pessoal	20.000,00€	0,00€	0,00€	20.000,00€
Inquilino	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€
TOTAL	64.616,45€	0,00€	-24.616,45€	40.000,00€

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

11. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

11.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2021, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.710.471,08€
IEFP	Relacionado com rendimentos	137.723,62€
Câmara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	8.293,50€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	17.561,97€
TOTAL		1.874.050,17€
Câmara Municipal de Matosinhos	Relacionado com investimentos	a) 40.000,00€
Câmara Municipal de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	b) 20.000,00€
	TOTAIS	1,934.050,17€

- a) Valor do subsídio para ajuda na construção da "Casa do Peregrino" nos anexos do Museu e contabilizado conta 59.3 – Subsídios p/ Investimentos.
- b) Valor do subsídio concedido como ajuda aos resultados no nosso estabelecimento da "Biquinha" e relativo ao ano de 2020, contabilizado na conta 7881-Correções relativas a períodos anteriores.

A 31 de Dezembro de 2020, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.617.859,95€
IEFP	Relacionado com rendimentos	70.552,90€
Câmara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	66.439,50€
Junta Freg. Matosinhos/Leça	Donativo	800,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	20.051,81€
TOTAL		1.735.021,11€

Em 2020 a Câmara Municipal de Matosinhos concedeu, à Misericórdia de Matosinhos, um donativo no valor de 11.500,00€, para a compra de uma nova viatura para transportar os utentes desta Instituição, e de forma a dar cobertura aos serviços de apoio no domicílio aos irmãos desta Santa Casa.

Este valor não está incluído na rubrica de donativos pelo facto de termos, como indicam as políticas contabilísticas, contabilizado como Subsídios para Investimentos, na conta "5931 – Outras variações nos fundos patrimoniais", onde irá ser amortizado sistematicamente em quatro anos nas amortizações anuais e na percentagem do valor recebido de 11.500,00€, sendo o valor total do custo da viatura de 14.745,24€ o qual se irá iniciar a partir do ano de 2020.

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 27 de Abril de 2022. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2021.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

13.2 Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2021 Quantia escriturada	2020 Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	5.871,81€	3.473,66€
Créditos a receber inquilinos	747,64€	735,00€
Créditos a receber utentes	18.393,44€	12.844,54€
Adiant.a fornecedores, c/c	0,00€	0,00€
Estado e o. entes públicos	1.181,85€	0,00€
Adiant. de utentes	0,00€	-189,80€
Perdas por imparidade	-5.390,01€	-2.871,05€
Adiantamentos. ao pessoal	565,15€	565,15€
Fundadores / Associados	5.762,58€	2.515,50€
Outros	1.134,55€	800,00€
Créditos a receber	25.385,46€	17.873,00€
Outros ativos correntes	151.808,64	220.724,50€
Diferimentos	10.461,31€	9.904,83€
TOTAL	189.971,81€	248.502,33€

No período findo em 31 de dezembro de 2021 foram atualizadas as imparidades criadas para os saldos duvidosos de utentes e inquilinos no valor total de **5.390,01€**, sendo que a mesma abrange neste momento as dívidas dos utentes para os anos de 2019 a 2021, no montante de **4.838,01€** e os restantes **552,00€**, referentes aos saldos em aberto de inquilinos.

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, incluído em "Outros ativos correntes", esta rubrica inclui, os apoios concedidos pela **Segurança Social** relacionado com a compensação salarial das educadoras prevista para o ano letivo de 2021 no valor de **151.808,64€** (2020: 147.708,60€).

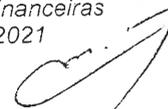
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2021 Quantia escriturada	2020 Quantia escriturada
Fornecedores, c/ gerais	17.315,30€	20.933,09€
Fornecedores, imobilizado	19.876,80€	0,00€
Estado e o. entes públicos	45.290,55€	100.856,86€
Remunerações a liquidar	352.556,20€	385.599,42€
Outros acréscimos de gastos	12.791,88€	6.329,41€
Credores diversos	13.003,31€	4.584,55€
Outros passivos correntes	378.351,39€	396.513,38€
Diferimentos	0,00€	12,00€
	460.834,04€	518.315,33€

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores:

Férias e encargos com férias	314.353,48€	298.733,16€
Retroativos a liquidar	38.202,72€	86.866,26€
TOTAL	352.556,20€	385.599,42€



13.3 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações do pessoal	1.727.928,49€	1.604.655,18€
Indemnizações (acordos)	567,98€	0,00€
Encargos sobre remunerações	353.588,16€	330.413,93€
Seguros de acidentes de trabalho	14.921,57€	14.657,21€
Outros	5.583,72€	4.691,55€
TOTAL	2.102.589,92€	1.954.417,87€

O número médio de pessoas em 2021 foi de 129 (2020: 130).

14. Outras informações

14.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.087,96€	0,00€
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	93,89€	00,00€
	1.181,85€	0,00€
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	9.867,00€	23.959,39€
Contribuições para a Segurança Social	35.275,19€	76.765,61€
Otras tributações	148,36€	131,86€
	45.290,55€	100.856,86€

14.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2021 e 2020 distribuíram-se da seguinte forma:

	2021	2020
Vendas e prestações de serviços		
Mercado interno	507.400,24€	528.437,15€
Mercado externo	0,00€	0,00€
	507.400,24€	528.437,15€

	2021	2020
Prestações de serviços		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	493.699,44€	498.674,95€
Quotizações e joias	12.290,80€	13.189,00€
Outros	1.410,00€	16.573,20€
	507.400,24€	528.437,15€

A redução do montante de matrículas e mensalidades está relacionada, essencialmente, com o impacto da continuação da pandemia nas receitas da Instituição, nomeadamente, decorrente do encerramento dos serviços devido ao confinamento.

14.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	8.214,54€	19.439,00€
Serviços especializados: Conservação e reparação	152.334,63€	88.098,73€
Serviços especializados: Honorários	41.464,84€	61.683,35€
Serviços especializados: outros	42.241,41€	43.677,60€
Materiais	15.902,58€	9.468,79€
Energia e fluídos	101.058,96€	90.813,04€
Deslocações, estadas e transportes	2.832,02€	943,53€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	30.269,20€	32.693,36€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	3.702,86€	4.278,37€
Serviços diversos: Comunicação	7.857,31€	8.304,82€
Serviços diversos: Seguros	10.271,40€	11.796,52€
Serviços diversos	8.017,70€	8.392,95€
	424.167,45€	379.590,06€

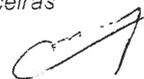
14.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Outros gastos e perdas		
Impostos	1.079,16€	2.210,49€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	299,03€	4.738,78€
Quotizações	720,00€	730,00€
Custos com apoios financeiros concedidos	0,00€	360,00€
Correções relativas a períodos anteriores	6.774,83€	185.966,33€
Outros	1.400,00€	375,00€
	10.273,02€	194.380,60€

No exercício de 2020 a conta de **Correções relativas a períodos anteriores** atingiu valores anormalmente elevados, **(185.966,33€)**, em virtude da contabilização de:

- Retroativos de remunerações das educadoras referentes aos anos de 2008 a 2020, no valor de **132.446,44€**.
- **Regularização da diferença** entre a contabilização, em diferimento de receitas, efetuado no exercício de 2019 do habitual subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos no valor de **60.000,00€** e o que realmente foi concedido no valor de **20.000,00€**, o que atingiu uma diferença negativa de **40.000,00€**.
- **Outros valores:** Correções a valores do ano anterior referentes a abonos dos acordos com a Segurança Social no valor de **7.295,65€** e outros custos no valor de **6.224,24€**.



14.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	28,27€	235,61€
Rendas e outros rendimentos em propriedade	622.685,22€	620.368,98€
Sinistros	590,40€	0,00€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	14.321,38€	9.694,97 €
Correções relativas a períodos anteriores	45.730,51€	14.632,17€
Restituição de impostos	8.839,19€	8.020,17 €
Imputação subsídios e doações – amortizações do exercício	81.475,51€	72.068,14€
Juros Obtidos	304,44€	76,25€
Outros	1.543,84€	1.070,99€
	775.518,76€	726.167,28€

De acordo com a Portaria 218/2015 de 14 de março, as ENSL poderão contabilizar na conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, o valor relativo às doações de ativos tangíveis que foram doados à instituição. Deste modo, de acordo com o preconizado na referida Portaria, as doações associadas a ativos depreciables /amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

14.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2021 e 2020 a seguinte composição:

	2021	2020
Financiamentos		
Bankinter (12 anos)	109.527,21€	186.840,57€
	109.527,21€	186.840,57€
Juros pagos		
Juros de financiamento	0,00€	0,00€
	0,00€	0,00€
	2021	2020
Financiamentos		
Bankinter – corrente	77.313,36€	77.313,36€
Bankinter – não corrente	32.213,85€	109.527,21€
	109.527,21€	186.840,57€

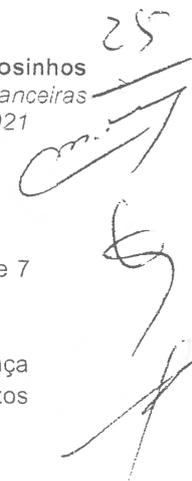
14.7 Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registo nº 2908).

15. Passivos contingentes

A Mesa, com base na opinião do advogado sobre os processos em curso a 31 de Dezembro de 2021, considera que, como salvaguarda futura, deverão ser constituídas provisões no montante global de € 135.082,68 (ver nota 10).

É convicção da Mesa que não existem riscos financeiros associados aos processos judiciais em curso para além dos montantes apurados e registados nas demonstrações financeiras.

25


16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

17. Acontecimentos após a data do balanço

Em 24 de fevereiro de 2022, teve início um conflito armado na Europa em resultado da invasão pela Rússia em território Ucrainiano. As operações da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus não estão expostas diretamente a estes países, não sendo esperados impactos na sua atividade operacional e financeira. Contudo, a esta data não é possível estimar os efeitos, se alguns, do impacto socioeconómico que este conflito poderá vir a originar na economia mundial e portuguesa em resultado do aumento dos preços dos combustíveis e de um conjunto de bens e serviços que tem provocado um aumento da inflação, bem como impactos nos mercados financeiros, nomeadamente de aumento das taxas de juro.

Deste modo, a Mesa considera estarem asseguradas as condições para a continuidade das operações da Instituição.

18. Impacto da Pandemia COVID-19

Em sequência do surto COVID-19 e à declaração de pandemia mundial em março de 2020, a Instituição continuou em 2021 a adotar medidas dirigidas aos colaboradores e de gestão da sua atividade, tendo em vista a mitigação de risco, a proteção da saúde de colaboradores e a continuidade da sua atividade.

Esta nova realidade continua a provocar impactos consideráveis na generalidade das organizações, e a Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos não está a ser exceção, assistindo a efeitos relevantes na sua atividade. O confinamento prontamente imposto, forçou á suspensão da atividade das valências das creches durante uma parte do ano de 2021.

Continuaram em 2021 a ser tomadas diversas ações de forma a monitorizar a situação pandémica e definir medidas preventivas a aplicar. Destacamos as seguintes medidas:

- Divulgação e comunicação interna do plano de contingência aos colaboradores;
- Implementação do regime do teletrabalho a todos os colaboradores;
- Aquisição de materiais e equipamentos de proteção, de acordo com as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS); e
- Adesão a diversos programas de apoio, nomeadamente, lay-off, com um apoio total de 135.050 euros da Segurança Social e um apoio à manutenção dos postos de trabalho do I.E.F.T. de 113.050 euros.

Neste contexto e dados os impactos sentidos desta pandemia, a Instituição continuou a implementar um conjunto de medidas específicas e acionou um conjunto de mecanismos disponíveis para minimizar os impactos potenciais para a sua atividade, seus colaboradores, alunos e utentes. Em resultado das diversas ações implementadas estima-se que o investimento efetuado tenha sido no montante de cerca de 7.110 euros, nomeadamente em equipamentos de proteção individual (gel, máscaras, tapetes desinfetantes, entre outros).

Dado a continuação em 2021 do prolongamento da pandemia no tempo, apesar dos efeitos positivos do processo de vacinação, consideramos que permanece um cenário onde o existe incerteza ao nível social e económico. Consequentemente, a Instituição continua atenta aos impactos da pandemia nas diversas áreas da sua atividade de forma a monitorizar e atuar atempadamente com vista a proteger a saúde dos seus trabalhadores e a prosseguir com a sua atividade. Apesar da imprevisibilidade da evolução da situação pandémica, tendo em consideração as atuais projeções de resultados e tesouraria, a Mesa entende que possui

os recursos necessários para prosseguir as suas atividades, pelo que o pressuposto da continuidade das operações se mantém adequado.

19. Outra informação

A Instituição apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais e contributivas nos prazos legalmente estipulados.

Os honorários do Revisor Oficial de contas para o período de 2021 e 2020 ascenderam a três mil e trezentos euros.

Matosinhos 18 de Maio de 2022

O Contabilista Certificado



Manuel F.M. Moreira

26

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2021
ÁREA DE INFÂNCIA - CRECHES

CONTA	DESCRIÇÃO	CRECHE PARAISO	CRECHE C.I.M.	CRECHE BIQUINHA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	11.814,13	10.460,20	7.406,42	29.680,75
62	Fornecimentos e serviços externos	25.514,87	23.877,91	14.168,71	63.561,49
63	Gastos com o pessoal	240.820,83	229.210,07	149.703,23	619.734,13
64	Gastos depreciação e de amortização	506,16	3.728,97	1.094,38	5.329,51
65	Perdas por imparidade	915,00	0,00	500,00	1.415,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total de gastos	279.570,99	267.277,15	172.872,74	719.720,88
72	Prestação de serviços	47.945,50	34.401,32	43.577,25	125.924,07
75	Subsídios, doações e legados á exploração	187.683,82	187.238,50	141.930,73	516.853,05
78	Outros rendimentos e ganhos	3.574,57	3.377,05	12.355,10	19.306,72
	Total de ganhos	239.203,89	225.016,87	197.863,08	662.083,84
	Resultado	-40.367,10	-42.260,28	24.990,34	-57.637,04

27
6

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS DE 2021
ÁREA DE INFÂNCIA - PRÉ-ESCOLAR

CONTA	DESCRIÇÃO	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
		PARAISO	C.I.M.	BIQUINHA	
61	Custo existências vendidas e consumidas	14.767,67	11.767,73	9.052,30	35.587,70
62	Fornecimentos e serviços externos	36.405,34	31.853,84	23.497,23	91.756,41
63	Gastos com o pessoal	308.756,19	288.780,26	212.892,11	810.428,56
64	Gastos depreciação e de amortização	759,23	4.557,64	1.337,57	6.654,44
65	Perdas por imparidade	815,82	450,17	612,50	1.878,49
67	Provisões	0,00	70.082,68	65.000,00	135.082,68
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	368,00	368,00
	Total de gastos	361.504,25	407.492,32	312.759,71	1.081.756,28
72	Prestação de serviços	103.865,10	78.108,04	48.753,96	230.727,10
75	Subsídios, doações e legados á exploração	335.101,13	301.493,66	147.829,75	784.424,54
78	Outros rendimentos e ganhos	4.527,81	4.104,50	12.878,47	21.510,78
	Total de ganhos	443.494,04	383.706,20	209.462,18	1.036.662,42
	Resultado	81.989,79	-23.786,12	-103.297,53	-45.093,86

28

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIA/CENTRO DE CUSTO DE 2021

CONTA	DESCRIÇÃO	A. T. L. PARAISO	A. T. L. C.I.M.	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	2.953,53	3.922,57	6.876,10
62	Fornecimentos e serviços externos	10.202,50	9.496,09	19.698,59
63	Gastos com o pessoal	96.405,87	92.752,83	189.158,70
64	Gastos depreciação e de amortização	223,31	1.462,34	1.685,65
65	Perdas por imparidade	305,00	370,00	675,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00
	Total de gastos	110.090,21	108.003,83	218.094,04
72	Prestação de serviços	35.155,61	30.431,86	65.587,47
75	Subsídios, doações e legados á exploração	30.668,26	36.102,55	66.770,81
78	Outros rendimentos e ganhos	1.429,87	1.315,48	2.745,35
	Total de ganhos	67.253,74	67.849,89	135.103,63
	Resultado	-42.836,47	-40.153,94	-82.990,41

25

6

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS DE 2021
ÁREAS DE JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE

CONTA	DESCRIÇÃO	INTERNATO CRIANÇAS E JOVENS	CENTRO DE DIA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	29.589,11	12.555,86	42.144,97
62	Fornecimentos e serviços externos	59.022,23	32.176,55	91.198,78
63	Gastos com o pessoal	252.966,12	83.803,19	336.769,31
64	Gastos depreciação e de amortização	24.380,36	5.026,81	29.407,17
65	Perdas por imparidade	0,00	869,52	869,52
68	Outros gastos e perdas	180,57	2.422,32	2.602,89
	Total de gastos	366.138,39	136.854,25	502.992,64
72	Prestação de serviços	0,00	77.373,60	77.373,60
75	Subsídios, doações e legados á exploração	415.393,27	55.511,04	470.904,31
78	Outros rendimentos e ganhos	18.273,57	7.814,64	26.088,21
	Total de ganhos	433.666,84	140.699,28	574.366,12
	Resultado	67.528,45	3.845,03	71.373,48

30

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2021
OUTRAS ATIVIDADES

CONTA	DESCRIÇÃO	CULTURA MUSEU	CULTO	SAÚDE U.DIAGNÓSTICO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00	7.448,10	37,45	7.485,55
62	Fornecimentos e serviços externos	13.604,22	4.093,71	62.739,51	80.437,44
63	Gastos com o pessoal	12.034,31	17.101,51	57.069,66	86.205,48
64	Gastos depreciação e de amortização	6.959,73	106,55	41.226,37	48.292,65
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	724,08	724,08
	Total de gastos	32.598,26	28.749,87	161.797,07	223.145,20
72	Prestação de serviços	0,00	0,00	1.410,00	1.410,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	4.549,39	5.728,84	5.355,00	15.633,23
78	Outros rendimentos e ganhos	3.774,39	0,00	87.216,28	90.990,67
	Total de ganhos	8.323,78	5.728,84	93.981,28	108.033,90
	Resultado	-24.274,48	-23.021,03	-67.815,79	-115.111,30

31
b

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2021
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS E INV. FINANCEIROS

CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	77.514,74
63	Gastos com o pessoal	60.293,74
64	Gastos depreciação e de amortização	87.648,30
67	Provisões do período	552,00
68	Outros gastos e perdas	6.578,05
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00
	Total de gastos	232.586,83
72	Prestação de serviços	6.378,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	19.464,23
78	Outros rendimentos e ganhos	614.877,03
	Total de ganhos	640.719,26
-	Resultado	408.132,43

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 7.211.237 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.470.710 euros, incluindo um resultado líquido de 178.673 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos concluiu durante o ano de 2019 a inventariação física de uma parte relevante dos seus imóveis bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos. Desta análise resultou a identificação de um conjunto de imóveis que não constavam dos registos contabilísticos. Tendo por base a análise efetuada e as normas contabilísticas em vigor, a Entidade procedeu ao registo dos referidos imóveis com um impacto de 3.504.542 euros nos ativos (nas rubricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis) e fundos patrimoniais nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019. Permanece ainda por concluir a conciliação de alguns imóveis bem como dos restantes bens do ativo fixo tangível cujo impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, não nos é possível aferir.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

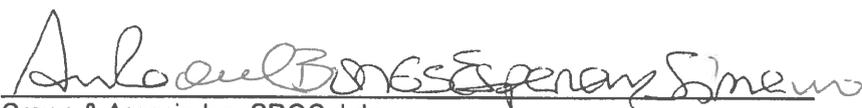
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 23 de maio de 2022



Crowe & Associados, SROC, Lda.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC

Registo na OROC n.º 1126

Registo na CMVM n.º 20160738



Handwritten signature and initials

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E VINTE E UM
PARECER DO DEFINITÓRIO

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Prof. António Cunha e Silva, e da Secretária, D. Maria Manuela Costa Braga, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e um, que mereceram o seguinte parecer: -----

Ponto um – O Definitório aprova as contas, o relatório de atividades e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e vinte e um, tal como lhe foram apresentados, que se traduzem num lucro de cento e setenta e oito mil, seiscentos e setenta e três euros e trinta cêntimos, resultado esse que é inferior ao do ano anterior em trinta mil oitocentos e setenta euros e sessenta e três cêntimos, redução esta que se deve às provisões para processos que correm nos tribunais (cento e trinta e cinco mil, oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos) relacionados com questões laborais. Convém, contudo, salientar que a instituição beneficiou de um aumento significativo dos subsídios à exploração (cento e trinta e nove mil, vinte e nove euros e seis cêntimos), atribuídos em período de pandemia de COVID, apesar da redução da atividade. -----

Ponto dois – Continua a recomendar a manutenção da política visando a fiabilidade dos registos contabilísticos, nomeadamente no que respeita à contabilização do imobilizado, cuja real extensão ainda não está completamente apurada. -----

Ponto três – Os problemas quanto à exploração deficitária da Unidade de Diagnóstico mantêm-se (prejuízo de sessenta e sete mil, oitocentos e quinze euros e setenta e nove cêntimos). Em face do exposto e considerando os custos elevados com Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Gastos com Depreciação e Amortização, sabendo que atualmente a quase totalidade das receitas resulta do arrendamento de espaços, o Definitório aconselha que seja ponderada a venda do edifício, salvaguardados que estejam os interesses da instituição. -----

Ponto quatro – Chama, mais uma vez, a atenção para os resultados negativos de muitas valências, em especial creches e ATL. -----



SANTA CASA
**Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos**

Ponto cinco – O Definitório vê ainda com preocupação o nulo rendimento das aplicações financeiras da Instituição, entendendo, mais uma vez, que se deve procurar um emprego alternativo para as disponibilidades financeiras. -----

Ponto seis – Dada a situação prevalecente no sistema bancário nacional, bem como as regras que lhe são inerentes, é aconselhável que a Mesa Administrativa reveja a política seguida, quer quanto ao grau de diversidade dos Bancos utilizados, quer quanto àqueles que são usados.-----

Ponto sete – O Definitório, face aos ambiciosos projetos de investimento que a instituição pensa lançar nos próximos anos, debruçou-se ainda sobre a saúde financeira da mesma, analisando entre outros indicadores a capacidade de endividamento e o Fundo de Maneio, concluindo que estes apresentam valores que permitem ter esperança quanto ao início de novas atividades de forma ponderada e racional. -----

Ponto oito – Chama-se mais uma vez a atenção, agora por escrito, quanto ao prazo de entrega dos documentos ao Definitório, muito em cima da data da Assembleia Geral, o que impede uma análise mais profunda dos mesmos. -----

Ponto nove – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na racionalização de custos e na dinamização da atividade da Instituição, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano.

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

António Cunha e Silva

A Secretária

Maria Manuela Costa Braga